



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM

DECISÃO DO PLENÁRIO

Reunião: PLENÁRIA-ORDINÁRIA - Nº 545/2021 - Plenário - 22/07/2021 das 18:00 as 23:59

Decisão: 363/2021

Referência: 2607431/2020 - Auto: 43975/2020

Interessado: AILTON RODRIGUES AMORIM DE SOUZA

EMENTA: a penalidade aplicada pelo auto de infração - EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA FÍSICA/ LEIGO - por infração ao(a) Alínea 'a' do art. 6º da Lei 5194/66; art. 73 da Lei 5194/66 combinado com art. 2º da Lei 6619/78.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, no uso de suas atribuições legais, reunido em 22 de julho de 2021, analisando o relato e voto fundamentado do(a) conselheiro(a) Edson Queiroz Da Fonseca Junior, objeto de solicitação de processo fiscal-relatório fiscal Ailton Rodrigues Amorim De Souza, CONSIDERANDO que a providência requerida foi "EFETUAR A REGULARIZAÇÃO DA OBRA, ATRAVÉS DA INDICAÇÃO DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO, E EFETUAR O REGISTRO DA ART (ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA) DE AUTORIA E EXECUÇÃO DOS PROJETOS: HIDRO-SANITÁRIO, ELÉTRICO E COMBATE A INCÊNDIO" e assim foi comprovado, pois em pesquisa no SITAC localiza-se a ART AM20200223869, registrada em 03/09/2020, para fins de regularização do fato gerador; CONSIDERANDO a Resolução no. 1.008/04-CONFEA, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei no. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às pessoas físicas (profissionais e leigos) e às pessoas jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; CONSIDERANDO que em 21/08/2020 o(a) autuado(a) tomou conhecimento do Auto lavrado por infração à Legislação profissional do Sistema CONFEA/CREA, sendo-lhe conferido o prazo de 10 (dez) dias para manifestação; CONSIDERANDO que os agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de fé pública; CONSIDERANDO, ainda, que o(a) autuado(a) não apresentou defesa escrita no prazo previsto no Artigo 10, Parágrafo único, da Resolução 1008/2004, sendo, portanto considerado REVEL; CONSIDERANDO que da decisão da câmara especializada o(a) autuado(a) poderá apresentar recurso ao Plenário do CREA-AM; considerando finalmente o parecer exarado pelo Conselheiro relator deste Plenário, **DECIDIU** por maioria, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração nº 43975/2020, lavrado em desfavor da pessoa física AILTON RODRIGUES AMORIM DE SOUZA, cuja infração refere-se a "EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO - PESSOA FÍSICA/ LEIGA", com redução da penalidade (multa) aplicada, considerando a regularização intempestiva do fato gerador (extrapolando em 03 dias o prazo de 10 dias corridos para manifestação previsto no art. 11, § VIII, da Res. 1008/2004). Decisão proferida na 544ª Sessão Ordinária de Plenário do Crea-AM. Presidiu a reunião o senhor **Afonso Luiz Costa Lins Junior**. Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros: Amarildo Almeida De Lima, Audinei Lima Leite, Carlos Malom Alencar Queiroz, Claudécir Malveira De Souza, Douglas Alberto Rocha De Castro, Edson Queiroz Da Fonseca Junior, Eirle Gentil Vinhote, Jackson Pantoja Lima, Janeth Fernandes Da Silva, Joao Batista Ramos, Jose Augusto Bezerra De Abreu, Jossandra Alves Damasceno, Kelly Ambrosio Neto, Marcelo De Almeida Conceição, Paulo Francisco Da Silva Ribeiro, Roberval Sousa Protasio, Romina Alves Dos Santos, Samir Oliveira Salles, Wagner Ornellas Da Silva Corrêa Lopes, Waldo Guimaraes Aparicio. Não houve voto contrário. Se abstiveram do voto os senhores Conselheiros: Ademar Antonio Ferreira.

Cientifique-se e cumpra-se.

Manaus, 22 de julho de 2021.

AFONSO LUIZ COSTA LINS JUNIOR
Presidente do Plenário